

## OS LUGARES DOS LIVROS – COMÉRCIO LIVREIRO NO RIO DE JANEIRO JOANINO

Márcia Abreu<sup>1</sup>

Em novembro de 1807 houve grande agitação em Lisboa, quando da partida da Família Real e da corte em direção do Rio de Janeiro. Chovia. Pacotes, caixas e baús acumulavam-se nas praias e cais do Tejo. Homens e mulheres acotovelavam-se, buscando garantir um lugar em uma das embarcações. Queriam deixar os franceses para trás e queriam levar consigo seus pertences mais preciosos. Partiam assustados com a iminente chegada do general francês Jean Adoche Junot que, a essa altura, já tinha entrado em território português.

A inquietação não deve ter se dissipado quando as embarcações fizeram vela e zarparam. Havia preocupação com os que ficavam, mas também com os que partiam, pois as famílias se espalharam em diversos navios. A viagem não parece ter sido propriamente tranqüila, já que faltava água, comida e acomodação para tanta gente. Mesmo assim, é possível acreditar que alguns tenham ocupado os longos dois meses de permanência no mar lendo livros que tivessem trazido consigo a bordo. É bem verdade, que alguns não tiveram tempo sequer de embarcar suas roupas, mas uma e outra dama, algum jovem rapaz, um senhor aqui, outro ali, podem ter levado para bordo suas obras de predileção.<sup>2</sup> Alguns dos viajantes podem

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Teoria Literária, do Instituto de Estudos da Linguagem, da Unicamp. Pesquisadora do CNPq. Coordenadora do Projeto Temático Fapesp “Caminhos do Romance no Brasil: séculos XVIII e XIX”.

Nas citações foram mantidas a ortografia, a pontuação e a sintaxe originais.

<sup>2</sup> Segundo Alexandre José de Mello Moraes, “a consuaõ da sahida da fam<sup>a</sup> real de Lisboa p<sup>a</sup> o Brasil em vista do temor q<sup>’</sup>causou as forças francesas ao mando de Junot, fêz q<sup>’</sup>viesses todos mal acomodados e quase sem a roupa necessaria p<sup>a</sup> o uso ordinario a dar lugar a sofrerem privaçoẽs; p<sup>’</sup> q<sup>’</sup> a gente era muita e com a pressa do embarque tanto o q<sup>’</sup>pertencia a fam<sup>a</sup> real como oque pertencia aos particulares ficou no Terreiro do Passo em Lisboa.” MORAES, s/d: 152. Segundo Lília Schwarcz,

ter chegado até mesmo a organizar o transporte de todos os seus livros, como fez Antonio de Araújo e Azevedo, futuro conde da Barca, que fez embarcar não apenas sua biblioteca completa, mas também um conjunto de equipamentos tipográficos, uma coleção mineralógica e o instrumental necessário para instalar um laboratório de química.<sup>3</sup>

Aqueles, dentre os acompanhantes D. João, que apreciassem a leitura podem ter ficado inquietos caso tenham consultado o *Almanaque do Rio de Janeiro* e percebido que, em 1792 e em 1794, era indicada a existência de apenas uma livraria, número ampliado para duas em 1799.<sup>4</sup> Ao chegar ao Rio de Janeiro, entretanto, devem ter ficado agradavelmente surpresos ao perceber que a quantidade de livrarias havia sido subestimada. Ao invés das duas casas anunciadas, encontrariam facilmente quatro: a de Manuel Jorge da Silva, na Rua do Rosário, a de Francisco Luís Saturnino da Veiga, na Rua do Ouvidor e as de João Roberto Bourgeois e de Paulo Martin na Rua da Quitanda.<sup>5</sup> No ano seguinte, já poderiam contar com mais duas: Manuel Mandillo, defronte da Capela dos Terceiros de N. S. do Carmo, e a loja da Impressão Régia, na Ajuda.<sup>6</sup>

Talvez eles logo percebessem que, como em Portugal, havia livros à venda em locais diversos e não apenas em lojas especializadas nesse comércio. Era prática corrente sua comercialização em estabelecimentos nos quais se negociavam artigos tão variados quanto mapas, relógios, telas, tecidos ou meias.<sup>7</sup> Se os acompanhantes de D. João caminhassem um pouco pela cidade, encontrariam livros em boticas, em instituições

---

"nas praias e cais do Tejo, até Belém, espalhavam-se pacotes, caixas e baús abandonados de última hora. No meio da bagunça e por descuido, toda a prataria da Igreja Patriarcal, trazida por catorze carros, foi esquecida na beira do rio e só alguns dias depois voltou para a igreja. Carros de luxo foram abandonados, muitos sem terem sido descarregados. Houve até quem largasse a mala, embarcando de mãos vazias, apenas com a roupa do corpo." SCHWARCZ, 2002: 214.

<sup>3</sup> Para um estudo sobre a biblioteca de Antonio de Araújo e Azevedo, ver SILVA, 1978. Sobre a arrumação e transporte de seus livros, ver ABREU, 2008.

<sup>4</sup> *Almanaques da Cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1792 e 1794. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 49:189-356, 1940. Informações às pp. 282 e 348. *Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1799. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 21: 156, jan-mar 1858. Nireu Oliveira Cavalcanti informa que "no Relatório do governo do vice-rei Luís de Vasconcelos consta que na cidade do Rio de Janeiro, entre 1779 e 1789, funcionavam quatro oficinas de livreiros." Em seu trabalho conseguiu identificar o livreiro atuante em 1794: José de Sousa Teixeira, que vendia livros juntamente com tecidos, botões, lenços etc. CAVALCANTI, 1995.

<sup>5</sup> SILVA, 2007: 185.

<sup>6</sup> IPANEMA, 1967: 26.

<sup>7</sup> CAEIRO, 1980.

religiosas, em lojas de “fazenda” ou de vidros.<sup>8</sup> Muitos deles espantaram-se com a forte presença de negros e escravos no Rio de Janeiro<sup>9</sup> e talvez tenham ficado ainda mais admirados se tiverem visto que eles também tomavam parte na venda de impressos, como ocorreu, alguns anos depois, com o viajante inglês Thomas Ewbank, que presenciou esse tipo de comércio pelas ruas da cidade. Ao mencionar os objetos à venda, listou mercadorias tão diversas quanto “sapatos, bonés enfeitados, jóias de fantasia, livros infantis, novelas para jovens e obras de devoção para os devotos”.<sup>10</sup>

O interesse despertado pelos impressos, vendidos das mais variadas formas, não deve ter sido insignificante, pois, ano a ano, crescia o número de livreiros instalados na cidade, enquanto apenas um deles, Manuel Jorge da Silva deixava o comércio, lá pelos anos de 1815 ou 1817. Em 1812, surgiu a livraria de Manoel Joaquim da Silva Porto, na rua da Quitanda, esquina de S. Pedro e a de José Antônio da Silva, na rua Direita, ao pé do Carmo. Em 1816, outros se juntaram a eles: Jerônimo Gonçalves Guimarães, na rua do Sabão, 12; Francisco José Nicolau Mandillo, na rua da Quitanda, 37 e João Batista dos Santos, na rua da Cadeia, ao pé do Correio. Dois anos depois, agregaram-se outros mais: João Lopes de Oliveira Guimarães, na rua da Alfândega, 13; Fernando José Pinheiro, na rua Direita, canto de S. Pedro; Manuel Monteiro Trindade Caldas, rua Direita, 9, Pedro Antonio de Campos Bellos e Manuel Joaquim da Silva Porto (Campos Bellos e Porto) na rua do Ouvidor, 48 e Antonio Joaquim da Silva Garcez, na rua dos Pescadores, 6.<sup>11</sup> Esse grupo manteve-se

<sup>8</sup> Esses locais de comercialização de livros foram identificados por Maria Beatriz Nizza da Silva, a partir de estudo dos anúncios publicados na *Gazeta do Rio de Janeiro*. SILVA, 2007: 186-188. Marcello e Cybelle de Ipanema identificaram locais onde se vendiam publicações de música (John Fergusson, em 1817, na rua da Quitanda e Martin Gader e Louis Jallason, em 1818, na rua Direita, 55), de estampas (Antônio Isidoro da Costa Ramos, em 1813, na rua do Ouvidor, 19, José Bellieni, em 1818, na rua do Ouvidor, 72 e Vicente Mosoni, em 1819, na rua Senhor dos Passos, 19) e onde se faziam assinatura de periódicos (em 1811, João Martins Barroso, na rua Direita, 30 e Francisco José Fernandes Salazar, nos Quartéis de Bragança, 4; em 1814, José Borges de Pinho, na rua do Ouvidor, 10; em 1818, Pierre François Lezan e François Vial, na rua do Ouvidor, 21 e em 1819, Manuel Luiz de Castro, junto ao Arco do Teles.) IPANEMA, 1967: 28, 29. Sobre a venda de livros em lojas não especializadas, ver também LAJOLO & ZILBERMAN, 1996.

<sup>9</sup> O espanto com relação à forte presença de negros no Rio de Janeiro é recorrente no discurso de viajantes. Ver, por exemplo, D'ORBIGNY, 1976; LINDLEY, 1969; LUCCOCK, 1975.

<sup>10</sup> EWBANK, 1973: 99 - 100.

<sup>11</sup> IPANEMA, 1967: 28. Além desses, a *Gazeta do Rio de Janeiro* registra a venda de livros nos seguintes estabelecimentos: loja de Manoel Pereira de Mesquita (anúncio de 26 de janeiro de 1811) e de José

firme no comércio livreiro até o momento em que a corte regressou para Portugal, em 1821.<sup>12</sup>

O aumento na quantidade de estabelecimentos não fez arrefecer as encomendas a livreiros portugueses, que se ofereciam para remeter livros para fora de Portugal, como o faziam, desde o século XVIII, a Viúva Bertrand e filhos, que publicavam “advertências” em seus catálogos, prevenindo os clientes de que “apromptão todas as encomendas de livros para dentro do continente do Reino, e suas Conquistas; e mandão vir todos quantos se lhes encommendão dos Países Estrangeiros”.<sup>13</sup> A firma Viúva Bertrand e filhos, embora figurasse entre os comerciantes de maior participação no envio de livros de Portugal para o Brasil, jamais abriu um estabelecimento comercial na cidade, recebendo encomendas diretamente em Lisboa.<sup>14</sup>

Aqueles que haviam se instalado no Rio de Janeiro não ficavam a dever aos colegas de ofício europeus e ofereciam serviços muito semelhantes, como o fez Jerônimo Gonçalves Guimarães, que se oferecia para trazer para a cidade “Impressões de Lisboa, Coimbra e Porto, unicamente com 25 por cento sobre os verdadeiros preços dos Catalogos das Impressões daquellas Cidades”, assim como “de outras quaesquer da Europa em qualquer lingoa”, as quais chegariam à mãos dos leitores, em prazo nunca superior a “6 até 7 mezes”. Ele acreditava

---

Martins, na rua da Prainha, 27 (27 de janeiro de 1819). Em 1818, a loja de Manoel Joaquim da Silva Porto aparece na rua de S. Pedro (10 de junho de 1818) e, em 1822, a de Jerônimo Gonçalves Guimarães havia de mudado para a rua do Sabão, 357 (04 de maio de 1822).

<sup>12</sup> Maria Beatriz Nizza da Silva indica a mudança de endereço de Saturnino da Veiga, que passou para a Rua da Alfândega, e a presença de Manuel Mandilo, na rua Direita. SILVA, 2007: 186. Nelson Werneck Sodré arrola, além dessas, outras três lojas onde se vendiam livros em 1821: a de Cipriano José de Carvalho, a de Antonio José Rebelo, no largo do Desterro e uma loja na Rua da Direita, defronte ao Arsenal, onde se vendiam folhetos com discursos pronunciados nas Cortes de Lisboa. SODRÉ, 1977: 45. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Humberto Fernandes Machado localizaram, entre 1821 e 1822, “onze livrarias no Rio de Janeiro e um outro tanto de estabelecimentos que revendiam, juntamente com artigos variados, as publicações do dia, como o do francês Imbert de Nagis, localizado na rua do Ouvidor n°. 81, que anunciava, na *Gazeta do Rio de Janeiro* de 10 de junho de 1818, “um grande sortimento de móveis, cristais, porcelanas, pianofortes e o grande Rub Antiphilitique para os males venéreos, e que tem em português o método de servir deste remédio no seu curativo, e um grande sortimento de livros portugueses, franceses e ingleses.” NEVES & MACHADO, 1999: 48.

<sup>13</sup> *Catálogo de Alguns Livros Portugueses que a Viúva Bertrand e filhos, mercadores de livros, mandarão imprimir por sua conta, ou tem edições e se vendem na sua loja, na rua direita das portas de Santa Catharina junto à Igreja de Nossa Senhora dos Martyres e acima do Xiado em Lisboa*, 1791. Este é o mais antigo catálogo conservado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A advertência mantém-se nos anos seguintes.

<sup>14</sup> Sobre o comércio livreiro entre Portugal e Brasil no período colonial ver: Abreu (2003) e Verri (2006).

que o prazo e a comissão eram tão atraentes que se apressava a avisar: “bem entendido que só he este beneficio para os particulares, e não para os revender”.<sup>15</sup>

Ainda que fosse preciso esperar para ter o livro desejado em mãos, os leitores não desanimavam, submetendo sucessivos pedidos, os quais eram examinados pelos organismos de censura lisboetas. A transferência da sede do Reino para o Rio de Janeiro não suavizou o controle da circulação de impressos, fazendo com que mesmo aqueles que tencionassem enviar obras para membros da Família Real tivessem de apresentar um pedido de autorização à Mesa do Desembargo do Paço de Lisboa, como fez, logo em 1808, o Procurador Geral de S. Domingos, Fr. Manoel de J. Joaquim Maya, visando obter autorização para enviar ao Rio de Janeiro, aos cuidados da “Ex<sup>ma</sup>. D. Barbara Jozé da Cunha, dama da Serenissima Princeza”, “hum baú com a obra de D. Pedro Cevalhos para serem repartidas [sic] gratuitas no Paço”. Muito provavelmente, tratava-se do livro *Exposição dos factos e maquinações com que se preparou a usurpação da coroa de Hespanha, e dos meios que o Imperador dos Francezes tem posto em pratica para a realizalla*, obra composta pelo ex-ministro do Rei da Espanha, Fernando VII, e recém traduzida para o português, a qual, seguramente, atrairia a atenção de muitos dos recém-chegados.<sup>16</sup> Aqueles que haviam acompanhado a Família Real sabiam bem como as “maquinações” do Imperador dos Franceses haviam interferido em suas vidas. E, de forma insuspeitada, afetaram também, profundamente, a existência daqueles que habitavam o Rio de Janeiro.

Uma das primeiras conseqüências da transferência da sede do reino foi a abertura dos portos, em 28 de janeiro de 1808, o que atraiu os olhos de negociantes de todas as partes do mundo para o Brasil. O controle de sua atividade ficou a cargo da Mesa do Desembargo do Paço, instalada no Rio de Janeiro, em 22 de abril de 1808, à semelhança da que permanecia em operação em Lisboa. A partir desse momento, tornou-se possível obter, na própria cidade, autorizações para entrada de livros. O impacto

<sup>15</sup> *Jornal de Annuncios*. Rio de Janeiro: Real Oficina Typographica, n.º 5, 1821.

<sup>16</sup> CEVALHOS, D. Pedro. *Exposição dos factos e maquinações com que se preparou a usurpação da coroa de Hespanha, e dos meios que o Imperador dos Francezes tem posto em pratica para a realizalla*. Traduzida em Portuguez. Lisboa, Impressão Régia, 1808, 80 págs.

dessa novidade, aliado às dificuldades criadas em Portugal pela Guerra Peninsular, que se prolongou entre 1807 e 1814, fez decrescer, de maneira significativa, o número de pedidos de licença para remessa de livros de Lisboa para o Rio de Janeiro entre 1808 e 1813.<sup>17</sup> Já o movimento no Desembargo do Paço do Rio de Janeiro foi intenso, registrando-se, entre 1808 e 1826, 353 pedidos de licença, o que equivale a, aproximadamente, 20 pedidos por ano, número relativo a apenas parte do que efetivamente transitou pela Mesa.<sup>18</sup>

Os censores e funcionários em atuação junto à Mesa do Desembargo do Paço tinham variadas atribuições, entre as quais estava a verificação de listas e caixotes de livros apresentados por particulares e por livreiros, solicitando autorização para a remessa de impressos para fora do Brasil, para a entrada de livros vindos de variados pontos do mundo e para a circulação de obras entre os diversos portos brasileiros.

Invertendo a secular ordem das coisas, que submetia aqueles que viviam nas colônias às decisões de Portugal, a partir de 1808, tornou-se preciso obter uma autorização no Rio de Janeiro para enviar livros para Lisboa, como percebeu, por exemplo, Antonio de Souza Tavares d´Azevedo, que, em 1819 procurou a Mesa do Desembargo a fim de obter autorização para viajar a Lisboa com seus livros.<sup>19</sup>

O maior movimento, entretanto, correspondia à entrada de livros no país, algumas vezes em quantidades bastante elevadas, como ocorreu, em 1810, quando Theodoro Jose Biancardy remeteu elevadas quantias de escritos políticos – “Collecção de Escriptos Selectos publicados em Hespanha depois da invazão aleivosa dos Francezes, etraduzida em Portuguez – 250 Expl.”, “Epistola em Verso Heróico, Quitilhas, Decimas e Sonetos cujo assumpto he a Nasção Francesa e oseu Chefe – 250 d<sup>os</sup>”, “Collecção dos numeros do Semanario – 30 d<sup>os</sup>.” – para serem vendidos

<sup>17</sup> Arquivos Nacionais /Torre do Tombo (doravante IAN/TT) – Real Mesa Censória (doravante RMC) – caixa 154.

<sup>18</sup> Esses números dizem respeito aos pedidos de autorização conservados pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, o que, certamente, corresponde a apenas parte do que foi tramitado e não à totalidade, devido aos problemas de conservação. Foram estudados por ABREU, 2003; ALGRANTI, 2004; NEVES, 1989; NEVES, 1992; NEVES, 2002 (a).

<sup>19</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (doravante ANRJ) – Mesa do Desembargo do Paço (doravante MDP) – Licenças – Caixa 818 (antiga 168).

no Rio de Janeiro por João Roiz de Barros. O resultado das vendas deve ter sido satisfatório, pois, no ano seguinte, Biancardy apostou no Rio de Janeiro como local importante para venda de seus escritos, enviando para João Roiz de Barros “250 Coleções de Escriptos Selectos, p. Theodoro P. Biancardy”, assim como “250 Exemplares de Poezias, diversas” e “20 Coleções de Semanários”.<sup>20</sup>

A maioria dos pedidos não identificava a procedência dos impressos, mas, dentre os que o faziam, grande parte indicava a França e a Inglaterra. Livros franceses chegavam ao Rio de Janeiro a partir dos mais inusitados lugares, como ocorreu, em 1818, quando Bento Swenhbergh obteve licença para entrar no Brasil com 5 caixas contendo 571 “livros vindos de Havana”, todos indicados em francês.<sup>21</sup>

Outros transportavam livros de locais mais distantes, como José Barreto Junior, “Negociante da Praça de Bengalla”, que, em 1812, “trouxe em sua Companhia um bahu com livros já usados”, alegando que eles se destinavam “ao seu uzo”. Acompanharam-no, em sua longa viagem, as “Cartas de Ganganelli, 6 Voll”, “Commentarios de Albuquerque 4 d<sup>os</sup>”, “Vida de D. João de Castro, 1 -”, “Carolina de Litchfield – 2 -”, “Camoës 4 ou 2”, “alem destes há vários livros Inglezes Italianos Francezes Percianos e Musicas”, “e mais alguns cujos nomes” disse ter esquecido. Os censores reagiram mal a essa indefinição e exigiram uma lista completa, a qual foi logo apresentada. O rol de livros revela que ou ele era um leitor voraz, ou vendia ao menos parte do que transportava, já que “trouxe em sua Companhia da Cidade de Calcutá para este Rio de Janeiro” mais 31 títulos, entre os quais vários dicionários (“Inglez”, “Portuguez Inglez”, “Francez e Inglez”, “de varios payses”, “Inglez e Italiano”), gramáticas (“Gramatica Portugueza” e “Gramatica da Lingua Arabica”), romances (“Carolina de Litchfield”, “Felix Independente”, “Historia de Estevanille”, “Fables Amusantes”), além de curiosos “Livros escritos em letra perciana”.<sup>22</sup>

<sup>20</sup> Ambos os documentos estão conservados no ANRJ – MDP – Licenças – Caixa 819 (antiga 169), doc 112. Em 1809, Theodoro Jose Biancardy remetera exemplares de outra obra sua – *Cartas Americanas* – para serem vendidas no Rio de Janeiro também por João Roiz de Barros.

<sup>21</sup> ANRJ – MDP – Licenças – Caixa 819 (antiga 169).

<sup>22</sup> ANRJ – MDP – Licenças – Caixa 820 (antiga 170), doc. 23.

Assim, a partir de 1808, o Rio de Janeiro passou a fazer parte de uma rota alargada de comércio de livros, que o conectava não apenas à Europa, como se fazia há séculos, mas também a outras partes da América, à África e ao Oriente. Os livros vinham de locais como Havana, Bengala e Calcutá e partiam para localidades igualmente distantes, como Angola ou Índia, como ficou claro por ocasião de dois pedidos submetidos por João Pedro da Veiga e Barros, ambos em 1819.<sup>23</sup> Em ambos os casos, apresentou listas numerosas e quantidades elevadas de obras. Para Angola tencionava enviar 44 títulos, entre os quais “1.400 Bilhetes de Visitas”, “480 fls de Diarios Nauticos”, “100 Taboadas de meia folha”, “50 Estampas do Retrato d’El Rei Nosso Senhor”, “50 Silabarios”, “20 Glorias de Portugal”, “10 Portugal vingado”, “10 Odes a Restauração do Porto”, “10 Iphigenia Tragédia”, “10 Palafox em Saragoça – drama”. Desejava, ainda, remeter para a Índia “dois caixotes de Livros”, contendo 56 obras, também em quantidades bastante elevadas, como “1.400 Bilhetes de Visitas”, “200 Taboadas”, “200 Compendios Arithmeticos”, “100 Estampas do Retrato d’El Rei Nosso Senhor”, “100 Silabarios para aprender a ler”, “34 Livros de Lições Gramaticas de Lingua Inglesa”, “20 Compendios da Doutrina Christã”, “20 Glorias de Portugal”, “20 Palafox em Saragoça”. A repetição de títulos e as elevadas quantidades não deixam dúvida de que João Pedro da Veiga e Barros comercializava livros e o fazia em escala mundial, interligando o Rio de Janeiro à África, Índia e Portugal.

Pelo Rio de Janeiro transitavam também os livros que se destinavam às províncias brasileiras.<sup>24</sup> Pelo Desembargo do Paço tramitou, por exemplo, pedido feito em 1816 por Domingos Joze de Araujo Bastos, auto-designado “Negociante”, para remeter para “a cidade de Porto Alegre da Capitania do Rio Grande do Sul”, 176 títulos, muitos deles

---

<sup>23</sup> Ambos os pedidos estão conservados no ANRJ – MDP – Licenças – Caixa 819 (antiga 169), doc. 109.

<sup>24</sup> Segundo Leila Mezan Algranti: “em 1817, um despacho do juiz da alfândega de Pernambuco, enviado ao Desembargo do Paço, informava “que em consequência da provisória circular expedida a todas as alfândegas do Brasil para não admitirem o despacho de livros alguns sem licença da Mesa”, estava enviando uma lista de livros para Sua Alteza Real, sinal, portanto, que o decreto foi divulgado e que estava sendo cumprido.” ALGRANTI, 1999: 635. O documento citado está no ANRJ, caixa 818, maço 2, doc. 35.

em quantidades que deixam claro tratar-se de comércio: “dez Compendio Ortografico”, “dez Credulidade Convencida”, “dez Gramatica de Lobato”, “dez Farça de Manoel Mendes”, “dez Guarda Livros Moderno”, “dez Livros de Sortes”.<sup>25</sup> Anos depois, em 1820, Bento Joze da Silva Serva, auto-designado “Comerciante da Villa de S. Pedro do Sul”, recebia da Bahia um conjunto expressivo de folhetos e livros “para serem vendidos por sua conta”, entre os quais constavam “800 Autos de D. Pedro”, “710 Autos de Ruberto”, “703 Galatéias Polifemo e Laurindo”, “613 Treslados”, “50 Culeçoins para Meninos” ou “40 Entremezes de Sobina”.<sup>26</sup>

Seu sobrenome<sup>27</sup>, seu ramo de atividades e a proveniência das obras permitem supor uma relação com o conhecido livreiro baiano Manuel Antonio da Silva Serva, que também atuava no comércio livreiro carioca. Ele freqüentava o Rio de Janeiro desde 1811, quando se deslocou para a cidade, provavelmente a fim de acompanhar a tramitação de seu pedido de autorização para abertura de uma tipografia em Salvador, e aproveitou para tentar vender um conjunto amplo de livros, tendo feito imprimir, para tanto uma *Notícia do catalogo de livros que se achão á venda em Casa de Manuel Antonio de Silva Serva na Rua de S. Pedro n.º 17 o qual o faz por hum commodo preço... attendendo a demorar-se muito pouco tempo nesta Côrte*.<sup>28</sup> É possível supor que esse catálogo anunciasse as obras que ele tinha à venda em Salvador, as quais remeteria, posteriormente, para o Rio de Janeiro, pois é pouco provável que se deslocasse, para uma curta estadia (entre dezembro de 1810 e abril de 1811), com mais de 700 títulos, alguns em vários volumes.<sup>29</sup> Serva podia contar também com o apoio de Manuel

<sup>25</sup> ANRJ – MDP – Licenças – Caixa 819 (antiga 169), doc. 25.

<sup>26</sup> ANRJ – MDP – Licenças – Caixa 818 (antiga 168).

<sup>27</sup> Renato Berbert de Castro afirma que Bento José Gonçalves Serva trabalhava como revisor de provas, em 1811, na tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva em Salvador. (CASTRO, 1968: 32). Talvez fosse o mesmo indivíduo que, anos depois, em 1820, tivesse se transferido para a Vila de S. Pedro do Sul. Manuel Antonio da Silva Serva faleceu, no Rio de Janeiro, em 1819, deixando um único filho, também de nome Manuel. (HALLEWELL, 1985: 60)

<sup>28</sup> MORAES, 1979. O catálogo está reproduzido também no site do Projeto Memória de Leitura ([www.iel.unicamp.br/memoria](http://www.iel.unicamp.br/memoria)).

<sup>29</sup> Rubens Borba de Moraes acredita que ele levou consigo as mercadorias que pretendia vender no Rio de Janeiro: “na viagem que fez em 1811 levou para vender na Corte diversas mercadorias tais como lustres, encerados, alcatifas e grande quantidade de livros, mais de seiscentos títulos diferentes”. MORAES, 1979: 134. Maria Beatriz Nizza da Silva reproduz anúncio publicado por Manuel Antônio da Silva Serva, na *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1818, em que o livreiro oferece ao público carioca “um grande sortimento de livros por preços muito cômodos, tanto impressos na sua tipografia como também de outras partes.” Ele indica seu endereço no Rio de Janeiro, “na Rua da Vala, entre a Rua

Joaquim da Silva Porto, livreiro estabelecido no Rio de Janeiro,<sup>30</sup> que atuava como seu agente, vendendo, a partir de 1811, as obras saídas dos prelos da tipografia soteropolitana.<sup>31</sup> A documentação conservada pelo Desembargo do Paço mostra que ele não se fixava em uma única parceria, tendo remetido, em 1816, 127 títulos, em “sinco caixoens com Livros” para Manoel Antonio da Cunha Guimarães, os quais, dada sua quantidade só poderiam ter por destino o comércio.<sup>32</sup> Pouco tempo depois, em 1819, patenteava sua parceria com Jerônimo Gonçalves Guimarães, que receberia da Bahia, uma também extensa lista de obras, entretanto, em menores quantidades.<sup>33</sup> Se Jerônimo Gonçalves Guimarães mantinha uma “loja de livreiro” na Rua do Sabão, o mesmo não acontecia com Manoel Antonio da Cunha Guimarães, que, ao que conste, não era um livreiro, mas recebeu de Silva Serva importante quantidade de obras.

Assim, a intensa circulação de livros no Rio de Janeiro dificilmente seria explicada considerando-se apenas as livrarias instaladas na cidade. Para compreender a movimentação de tal volume de impressos é preciso considerar a atuação de mercadores não livreiros que, com alguma frequência, solicitaram autorização em Lisboa para fazer transportar livros para o Rio de Janeiro,

---

de São Pedro e a das Violas”, como local para tratar da venda dos livros e de assinaturas do periódico *Idade d'Ouro do Brasil*. SILVA, 2007: 191. Sobre Manuel Antonio da Silva Serva e sua atuação na Bahia, ver também SILVA, 2005 e CASTRO, 1968.

<sup>30</sup> Segundo Lúcia M. B. P. das Neves e Tânia Bessone, Silva Porto encontrava-se no Brasil, pelo menos, desde 1811. NEVES & FERREIRA, 2006.

<sup>31</sup> HALLEWELL, 1985: 60.

<sup>32</sup> Solicita-se autorização para remeter, por exemplo, “3.600 Registos”, “1050 Treslados”, “600 Letras”, “400 Taboadas de folha para meninos”, “300 Cartilhas”, “300 Conhecimentos”, “150 Manual de apelações e agravos, em 4º brochura”, “100 Entremezes”, “50 Auto da passagem, folheto”, “50 Felismunde, conto moral em folhetinho”, “48 Caixinha, historia em folheto”, “48 Comedias diferentes”, “32 historia de Carlos Magno”, “30 Carlos e Maria, novella em folheto”, “30 Resumo dos proverbios de Salomao, em francez e portuguez”, “25 Amores Rivaes, folheto”, “25 Ercia ou a Vestal”, “24 Astucias de Bertoldo”, “24 Ignez de Castro, tragedia em folheto”, “24 Machabea, tragedia”, “24 Segredos da Nobreza”, “20 Contos Moraes, folheto”, “20 Fayel, tragedia em folheto”, “20 Nova Castro, tragedia”, “20 Rhadamisto, tragedia”, “20 Sofonista tragedia”, “16 Adelaide, novella, folheto”, “11 Carolina de Litchfield”, “10 Athalia, tragedia, folheto”, “10 Choupana India”, “10 Eufemia, drama em folhetos”, “10 Marianne”, “10 Tolo por arte, etc”, “10 Vida e Aventuras de Robinson Crusoe” etc. ANRJ – MDP – Licenças – Caixa 820 (antiga 170), documento 79.

<sup>33</sup> As maiores quantidades referem-se a “25 atos de cosme manhozo”, “25 João de Calais” e “25 D. Bacalharão (?)” ANRJ – MDP – Licenças – Caixa 820 (antiga 170).

Registra-se também em 1819 um pedido de Manuel Antonio da Silva Serva para liberar na alfândega do Rio de Janeiro os livros “que mandou vir de França”, provavelmente para serem vendidos em sua loja em Salvador. Da mesma forma, as quantidades são expressivas, contendo, por exemplo, “40 Obras de Camões”, “20 O Conde de Valmonte”, “20 O Conde de Corck”, “15 Aventuras de Telemaco”, “12 Passatempo da Mocidade”, “12 Belizario de Marmontel”, “12 Obras de Gesner”, “12 Obras de Camões”, “12 Historia de Gil Braz”, “10 Os Martyres”, etc. ANRJ – MDP – Licenças – Caixa 820 (antiga 170).

como Bernardo Ribeiro de Carvalho Braga, Anacleto da Silva, Luiz Cipriano Rebello, Gonçalves José de Souza Lobo, Manoel de Miranda Corrêa e Manoel Teixeira Bastos. Todos eles foram mencionados pelos diversos *Almanach de Lisboa* como “negociantes nacionaes” da praça de Lisboa, mas nenhum na categoria livreiro. Da mesma forma, firmas como Barker & Mark, Bourdon et Fry, Freese & Blanckenhagen, Henrique Miller, J. de La Brosse, Turner Naylor e C<sup>a</sup>, não especializadas no comércio livreiro, faziam liberar carregamentos de livros no Desembargo do Paço no Rio de Janeiro. Assim como acontecia em Lisboa, eles foram arrolados pelos vários *Almanack da corte do Rio de Janeiro* como “negociantes inglezes residentes nesta corte” ou como “negociantes francezes”, mas não foram indicados como estando ligados especificamente ao comércio de livros.<sup>34</sup> Um destes negociantes, João Jacques Gas, deixou claro, em seu pedido de liberação de livros apresentado ao Desembargo do Paço no Rio de Janeiro, que os livros eram apenas uma das mercadorias com que negociava. Apresentou-se como um “Francez estabelecido nesta Corte do Rio de Janeiro com caza de Commercio” e esclareceu que “entre varios generos de mercadorias, q elle trouxe de França, trouxe tambem os Livros q constam na Notta inclusa”.<sup>35</sup>

A venda de livros em lojas não especializadas, entretanto, não encerra toda a complexidade do mundo dos livros no Rio de Janeiro colonial, pois havia outros agentes, admitidos como livreiros pelas autoridades, hoje bem pouco conhecidos. São pessoas como Francisco António da Silva, designado como “Livreiro do Conselho da Real Fazenda eavaliador de Livros” no inventário de Antonio Martins Bandeira, concluído no Rio de Janeiro em 20 de Julho de 1820,<sup>36</sup> ou ainda, Veríssimo Fernandes de Paiva, Manoel Francisco Gomes, Joze de Farias Magalhaens, referidos como “Livreiros” em inventários elaborados na cidade nas últimas décadas do século XVIII.

<sup>37</sup> Nenhum deles foi apresentado como proprietário de loja especializada na

<sup>34</sup> *Almanack da corte do Rio de Janeiro para o anno de 1811*. Rio de Janeiro, Na Impressão Régia, 1810. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, volume 282, jan-mar, 1969, pp. 97 - 236. *Almanack da corte do Rio de Janeiro para o anno de 1816*. In: *Revista do IHGB*, volume 268, jul-set, 1965, pp. 179 a 330. *Almanack da corte do Rio de Janeiro para o anno de 1817*. In: *Revista do IHGB*, vol 270, jan-mar, 1966, pp. 211 - 370.

<sup>35</sup> ANRJ – MDP. Caixa 819 (antiga 169), doc. 101. Rio de Janeiro, 22 de Setembro de 1817.

<sup>36</sup> ANRJ, Inventários, maço 100, n.1904.

<sup>37</sup> Veríssimo Fernandes de Paiva foi responsável pela avaliação dos livros de Gonçalves José Muzi em 1790 (Inventários, maço 491, n. 9592, ANRJ). Manoel Francisco Gomes responsabilizou-se pela avaliação dos livros do Dr. Manoel Antunes Suzano e sua mulher D. Antonia de Souza Matos em

venda de livros, tampouco apresentou pedido de liberação de impressos em Lisboa ou no Rio de Janeiro, mas todos foram designados pelas autoridades para avaliar e atribuir preço aos livros deixados entre os bens de falecidos, sendo, portanto, reconhecidos como profissionais especializados, assim como havia “Mestres Pedreiros e Carpinteiros” designados como “avaliadores do Concelho para predios”, por exemplo.<sup>38</sup>

Há ainda outros indivíduos de ação central para a circulação de livros no Rio de Janeiro, cujas práticas tampouco são bem conhecidas. O caso mais evidente parece ser o da atuação de João Gomes de Oliveira e Silva no negócio livreiro.<sup>39</sup> Entre 1815 e 1826, ele apresentou, em Lisboa, 53 pedidos de autorização para envio de livros para o Rio de Janeiro e fez entrar livros na cidade 771 obras de Belas Letras. Ninguém, seja livreiro ou negociante, fez entrar mais livros no Rio de Janeiro no período, muito embora jamais tenha sido apontado como livreiro – ou sequer como negociante. O *Almanack da corte do Rio de Janeiro*, para o ano de 1811, indicava um João Gomes da Silva, na categoria “negociantes nacionaes nesta praça”, e os *Almanach de Lisboa*, para os anos de 1814 e 1817, dentre os “negociantes nacionaes do Rio de Janeiro”. Seria ele, ainda que seu nome jamais apareça grafado desta maneira nos pedidos de autorização?<sup>40</sup> Não é possível ter certeza de que os almanaques refiram-se a João Gomes de Oliveira e Silva. Apenas podemos asseverar que ele negociava com livros, pois nada mais explicaria o constante esforço para obter autorização para remessa de tão volumosas quantidades de impressos em direção ao Rio de Janeiro, cidade na qual provavelmente estava instalado.<sup>41</sup>

---

1783 (Inventários, cx. 3629, n. 22, ANRJ) e do Tenente Coronel João da Costa Pinheiro em 1797 (Inventários, maço 469, n.8966, ANRJ). Joze de Farias Magalhaens foi responsável pela avaliação dos livros de Maria Eugénia do Bonsucesso e de seu marido Cirurgião Mor Joaquim José da Silva em 1793 (Inventários, maço 473, n. 9032, ANRJ). Para um estudo sobre a presença de livros em inventários no Brasil colonial, ver ARAÚJO, 1999; MACHADO, 1929 e VILLALTA, 1999.

<sup>38</sup> Inventário de Antonio Pereira Ferreira, 1798 (Inventários, maço 434, n. 8381, ANRJ).

<sup>39</sup> Para uma apresentação detalhada ver ABREU, 2003.

<sup>40</sup> Nos almanaques do Rio de Janeiro de 1814, 1816 e 1817 há ainda João Gomes Barrozo, João Gomes Loureiro e filhos, João Gomes Valle e João Gomes da Costa. Nada consta sobre João Gomes de Oliveira e Silva no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Junta do Comércio, Mesa do Bem Comum dos Mercadores, Registro Geral das Mercês, Arquivos da Inquisição), tampouco no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro (Mesa do Desembargo do Paço – Emancipações; Mercês; Graças Honoríficas; 1º e 3º Ofícios; Entrada de Estrangeiros).

<sup>41</sup> A totalidade absoluta de pedidos feitos em seu nome destina-se ao Rio de Janeiro. Foram examinados todos os pedidos submetidos à censura portuguesa entre 1769 e 1826, referentes ao envio de livros para o Porto, para Angola, Luanda, Índia, Goa, Caiena, Cabo Verde, São Nicolau,

As possibilidades criadas pela abertura dos portos e pela instalação da Mesa do Desembargo do Paço no Brasil não parecem ter atraído sua atenção, já que todas as suas solicitações tramitaram por Lisboa, boa parte delas tendo os livreiros Borel e João Francisco Rolland como seus procuradores. Sua relação mais estável e profícua era mantida com Rolland, permitindo supor que ele talvez atuasse como intermediário ou como representante do livreiro no comércio carioca. A contratação de intermediários era atividade comum na Europa, como aconteceu, por exemplo, com Francisco Manuel de Mena, mercador de livros espanhol, que, em lugar de estabelecer uma filial em Lisboa, efetuava viagens de negócios à capital portuguesa, onde mantinha dois rapazes encarregados de vender obras por ele remetidas.<sup>42</sup> Da mesma maneira, havia no Brasil pessoas que atuavam como distribuidores e vendedores de publicações portuguesas no Rio de Janeiro, como o fez, em alguns períodos, o bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos.<sup>43</sup>

Essa prática, embora comum, não agradava aos livreiros portugueses que faziam grande esforço para manter o comércio de livros concentrado em suas mãos. No início do século XVIII, os “Juizes do Officio de Livreiro” de Lisboa procuraram o poder real apresentando “Petição”, solicitando que apenas os livreiros pudessem negociar com livros e apresentaram suas razões:

attendendo ao grande damno, e prejuizo que se lhe cauzara com a venda, que fazião certas pessôas de todo o genero de livros, pelas Ruas destas Cidades, e Logares publicos dellas, e isto tanto homens assim Livreiros, como os que o não erão, como mulheres; e outro sim attendendo-se ao prejuizo publico, que se seguia com a dicta venda, por se venderem Livros prohibidos, faltos de cadernos, e errados na encadernação em prejuizo dos Compradores, nem podendo talvez resarcir o damno por não saberem, nem conhecerem, quem lhes vendera os dictos, por estes serem pessôas vadias, que não tinham domicilio certo, o que não seria assim se sómente os Supplicants os vendessem nas suas Logêas expostos

---

Macau, Moçambique, Mocambo. “Catálogos: exame dos livros para saída do reino”, caixas 150, 151 e 164 (IAN/TT – RMC).

<sup>42</sup> PIWNIK, 1989: 90. Ver também: GUEDES, 1987.

<sup>43</sup> Marrocos, que viveu entre 1781 e 1838, era funcionário da Corte e veio para o Brasil em 1811, acompanhando a segunda remessa dos livros da Biblioteca Real. Escreveu um conjunto de cartas a sua família, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional - Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, volume 56, 1934. Ver a respeito, ABREU, 2003 e SILVA, 1973.

para esse fim, e pelos roubos, que por este modo se consentião, por que quem furtava alguns Livros, estes os traspassavão <sup>44</sup>

Pinta-se o quadro de uma cidade tomada pelos livros, com homens e, até mesmo, mulheres e “pessoas vadias” vendendo obras, inclusive roubadas, em ruas, lugares públicos e lojas não especializadas. Habilmente, os livreiros misturaram seu interesse comercial a irregularidades diversas, conseguindo convencer o Rei com sua argumentação. Desse modo, foi passada uma Provisão, em 1735, segundo a qual

nenhuma pessoa de qualquer condição que seja possa vender Livros encadernados pelas Ruas, e Logares publicos destas Cidades com pena de perderem todos os Livros, que lhe forem achados para os Supplicantes [os livreiros], e só poderão ser vendidos nas Logeas de Livreiro examinado, que tiver Licença para isso, e por Mercador de Livros Estrangeiros, que tenha Caza estabelecida nesta Corte, porem ficarão exemptos desta prohibição os papeis miudos, e sem serem encadernados, como são os Repertorios, Folhinhas, Autos, e outros semelhantes, que costumão vender os Cegos, e algumas pessoas miseraveis para seu sustentopor não pertencerem privativamente ao Officio dos Supplicantes<sup>45</sup>

No século XIX, o comércio livreiro ainda era regulado por essa mesma Provisão, muito embora proliferasse a ação de pessoas diversas na venda de livros. Havia, portanto, intermináveis contendas em que os livreiros se enfrentavam com todos os que queriam imiscuir-se em seus negócios, como ocorreu, em 1820, quando a Congregação do Oratório tentou obter autorização para imprimir e vender as obras do oratoriano P<sup>o</sup>. Teodoro de Almeida. <sup>46</sup> Depois de muita argumentação de parte a parte, o privilégio exclusivo dos livreiros foi reafirmado, republicando-se a Provisão de 1735, não obstante sua evidente ineficácia. Processos como esse evidenciam a insatisfação com a exclusividade concedida aos livreiros, mas também patenteiam sua força junto ao poder real.<sup>47</sup>

<sup>44</sup> IAN/TT – Desembargo do Paço. Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas. Maço 1593, caixa 1394.

<sup>45</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>47</sup> As disputas ocasionadas por essa determinação real eram infundáveis. Por exemplo, em 1806, José Luís de Carvalho pediu licença para continuar a vender livros em feiras de Viseu, Évora e Setubal,

Efetivamente, eles eram muito ativos e não estavam dispostos a facilitar a vida dos que queriam comerciar com livros. Os mesmos Juizes do Officio de Livreiro tinham tentando impedir, no final do século XVIII, a vinda para o Brasil daquele que seria o responsável pela mais conhecida livraria do período colonial, a de Paulo Martin.

A família de livreiros Martin atuava na França já no século XVI,<sup>48</sup> tendo se instalado em Portugal desde o início do século XVIII.<sup>49</sup> Em 1799, Paulo Martin, que já havia feito alguns envios de livros para o Brasil, pretendeu enviar seu filho para o Rio de Janeiro a fim de “aprender o Commercio em geral”.<sup>50</sup> Na mesma época, Francisco Rolland, que também havia feito remessas de livros para a cidade, teve a mesma idéia. Os livreiros lisboetas reagiram muito mal à iniciativa, solicitando à Real Junta do Commercio que não concedesse passaportes aos jovens, argumentando que os livreiros estrangeiros já causavam grande prejuízo “aos Supp<sup>es</sup>”, e à Real Fazenda na abuziva introdução de Livros, encadernados fora do Reino”. Julgando que o objetivo da viagem seria “estabelecer duas Cazas de Commercio de Livros na Cid.<sup>e</sup> do Rio de Janeiro, protectadas pelos nomes de Seus Filhos”,<sup>51</sup> acreditavam que suas perdas seriam ainda maiores.<sup>52</sup> Os franceses alegaram não ter qualquer intenção de estabelecer casa de livros no Brasil, mas esclareceram que, mesmo se fosse esse seu intento, não deveria haver “proibição alguma, que os embarcasse”, pois eram nascidos em Portugal e tinham os mesmos direitos que os portugueses.

---

contestando o direito exclusivo da Irmandade do Menino Jesus dos Homens Cegos sobre a venda de impressos pelas ruas. Em sua defesa, alegou o fato de vender, há 30 anos, livros novos e usados, tanto em sua casa como em feiras de diversas localidades. Ver CURTO, 1996.

<sup>48</sup> PERROT, 1990: 322.

<sup>49</sup> Paulo Martin é indicado em documentos portugueses como “mercador de livros”, com loja na Rua Nova ou às Portas de Santa Catarina, desde 1719. A firma permanece praticamente com o mesmo nome até o início do século XIX: “Paulo Martin & Companhia”, com loja defronte o chafariz do Loreto (documentos de 1777-1782, 1784-1788 e 1791-1800) e Paulo Martin & Filhos (1805-1807, 1809, 1811, 1816). Ver CURTO, DOMINGOS, FIGUEIREDO & GONÇALVES, 2007: 163. Segundo Fernando Guedes, os Martin eram de origem briãonçesa, assim como vários outros livreiros franceses que se estabeleceram em Lisboa. GUEDES, 1998: 60-80.

<sup>50</sup> “Junta do Comércio”, Livro 132 – Registro de Consultas 1799-1801, fls. 32v-33-33v-34 (IAN/TT). Para mais detalhes sobre a disputa judicial ver: ABREU, 2003; NEVES, 1992: 61-78 e GUEDES, 1987.

<sup>51</sup> “Junta do Comércio”, Livro 132 – Registro de Consultas 1799-1801, fls. 32v-33-33v-34 (IAN/TT).

<sup>52</sup> Estudo recente de Diogo Ramada Curto mostra que os livreiros portugueses tinham motivos para recear a ação dos livreiros franceses. Analisando a atuação de vários agentes, percebeu uma “hierarquia tendo na base, os cegos, a meio, os livreiros portugueses, e os mercadores franceses no topo.” Ver CURTO, 2007: 47.

Os argumentos apresentados pelos livreiros não foram suficientes para convencer a Real Junta do Commercio, que autorizou a transferência de Paulo Augusto Martin, “de idade de 20 anos, estatura à proporção da idade, rosto sobre o comprido, olhos pretos e cabelo castanho, por conta de ser português”, para o Rio de Janeiro, onde deveria trabalhar como “caixeiro de uma casa de negócios daquela cidade”.<sup>53</sup> Embora o pai houvesse dito que seu interesse não era estabelecer uma loja, muito provavelmente foi o que fez, já que, a partir de 1800, as remessas de livros feitas por Paulo Martin de Lisboa para o Rio de Janeiro multiplicaram-se, fazendo com que ele fosse um dos maiores responsáveis pela entrada de livros na cidade, até o início da atuação de João Gomes de Oliveira e Silva. O filho de Rolland aparentemente não se estabeleceu como livreiro, tendo talvez se dedicado às atividades de “Praticante de Piloto, fazendo as vezes de mestre do Nav.<sup>o</sup> Margarida”<sup>54</sup>, conforme havia declarado seu pai à Real Junta do Comércio.

O fato de Rolland não ter uma loja própria na cidade, entretanto, não o afastava do comércio livreiro, fazendo com que ele fizesse repetidas e volumosas remessas para cidade, possivelmente valendo-se de suas relações com alguns dos maiores negociantes de livros do Brasil. Ao mesmo tempo em que atuava como procurador de João Gomes de Oliveira e Silva em Lisboa, advertia, em um de seus *Catálogos*, que os livros anunciados por ele encontravam-se à venda em diversas lojas em Portugal, assim como na “De Paulo Martin, no Rio de Janeiro” e na “de Manoel Antonio da Silva Serva, na Bahia.”<sup>55</sup>

O sucesso da livraria de Paulo Martin pode ser percebido não apenas pelo volume de obras remetidas de Lisboa para serem aqui vendidas, mas também pelo fato de o livreiro português ter enviado para o Rio de Janeiro outro de seus filhos, João José Martin. Em seu testamento, feito em setembro de 1813, percebe-se que sua casa de livros era um bem sucedido negócio, com ramificações em Paris e no Rio de Janeiro:

<sup>53</sup> A.H.U. Códice 808, Passaportes 1798-1806, fl. 54. Apud NEVES, 2002: 4.

<sup>54</sup> “Junta do Comércio”, Livro 132 – Registro de Consultas 1799-1801, fls. 32v-33-33v-34 (IAN/TT).

<sup>55</sup> “Catálogo dos Livreiros e Editores” – 1814 – (IAN/TT – RMC). Entre 1808 e 1826, destacam-se no envio de livros de Lisboa para o Rio de Janeiro os seguintes livreiros: Paulo Martin, Viúva Bertrand, João Francisco Rolland, Borel, Borel e Cia, Pedro e Jorge Rey. De todos eles, Paulo Martin era o único a contar com casa estabelecida na cidade. ABREU, 2003.

eu Paulo Marten declaro que fui cazado com a senhora Maria Magdalena já falecida, de cujo matrimonio ao presente tenho cinco filhos: a saber João Jozé, Paulo Augusto, ambos estabelecidos na cidade do Ryo de Janeiro, Luis Justino ao presente está em França, Ignacio Augusto, e Henriqueta Izabel morando na minha companhia [...] todos eles solteiros, meus socios, idade mayor, e capacidade para dirigirem o que lhes pertencer pelo meu falecimento = Declaro que sou senhor, e possuidor de hua caza nobre com sua pequena quinta no lugar de Calharis freguezia de Nossa Senhora do Amparo de Bemfica. Item sou senhor de hua loge, e caza de livros de toda a qualidade que occupo as Portas de Santa Catarina desta cidade de Lisboa: outra na cidade do Ryo de Janeiro, a qual está administrada debaixo das minhas ordens pelos ditos meus filhos João Jozé, e Paulo Augusto = Declaro que alem do que está já apontado tenho na minha caza, tanto de Lisboa, como da minha quinta todos os trastes moveis proprios, e competentes a cada huma, que em todos os ditos meus bens já nomeados, e em dinheiro, que por hum calculo que me parece acertado importará todo o fundo em sessenta mil cruzados sem, que entre n' esta quantia o valor e a importancia de todos os livros que occupão as ditas duas minhas cazas do Ryo de Janeiro, e a de Lisboa<sup>56</sup>

Embora seja unânime a importância conferida à livraria de Paulo Martin no Rio de Janeiro, os nomes dos responsáveis pelo empreendimento não foram registrados pela história do livro do Brasil, a qual costuma se referir apenas ao estabelecimento ou a “Paulo Martin, filho”<sup>57</sup>. Os pedidos de autorização submetidos à censura lisboeta, a partir de 1807 são feitos em nome de “Paulo Martin e Filhos”,<sup>58</sup> passando, a partir de 1816 a

<sup>56</sup> O testamento foi feito em 24 de setembro de 1813. Paulo Martin faleceu em 26 de setembro do mesmo ano. IAN/TT, Registro Geral de Testamentos, liv. 366, fl. 220-221v. Apud CURTO; DOMINGOS; FIGUEIREDO & GONÇALVES, 2007: 635-638.

<sup>57</sup> Por exemplo, em *O bibliófilo aprendiz*, Rubens Borba de Moraes afirma que “esse Paul Martin, filho, era francês e foi, se não me engano, o primeiro editor que houve no Brasil”. MORAES, 1975: 173. Há, aqui, dois equívocos que se tornaram comuns na história do livro no Brasil: identificar o livreiro instalado no Rio de Janeiro como sendo francês, provavelmente por confundir-lo com o pai que permanecera em Lisboa, sem jamais ter posto os pés no Brasil; e adotar a denominação Paulo Martin filho (às vezes grafado como Paulo Martin Filho), mantendo na sombra o verdadeiro nome de Paulo Augusto Martin. Favorece a inexistência o fato de a livraria ser referida em anúncios e catálogos publicados no Rio de Janeiro como “Caza de Paulo Martin, Filho”, como se vê na primeira propaganda da casa, publicada no número inaugural da *Gazeta do Rio de Janeiro*: “Faz-se saber ao Público: [...] Que se vende nesta Corte em Caza de Paulo Martin, Filho, Mercador de Livros no fim da Rua da Quitanda”. *Gazeta do Rio de Janeiro*, 10 de setembro de 1808.

<sup>58</sup> IAN/TT – RMC – caixa 154

“Martin Irmãos”.<sup>59</sup> Talvez os negócios tenham estado “debaixo das ordens” do velho Martin, até 1813, mas, a partir de então, a responsabilidade pelas não poucas iniciativas tomadas na cidade deve ser atribuída a Paulo Augusto e João José.

Os rapazes fizeram, efetivamente, um bom trabalho no Rio de Janeiro. Seja por orientação do pai, seja por iniciativa própria, a livraria destacou-se como a mais assídua anunciante da *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro periódico local, fundado em setembro de 1808, graças à instalação da Impressão Régia, em março daquele ano.<sup>60</sup> A casa não apenas anunciava seguidamente as obras à venda, como também esclarecia que o próprio jornal poderia ser adquirido em sua loja, designada como “Caza de Paulo Martin, Filho, Mercador de Livros no fim da Rua da Quitanda”, onde se faziam, também, assinaturas semestrais do periódico.<sup>61</sup>

Suas relações também eram intensas com a Impressão Régia, à qual recorreram, desde os primeiros anos, para fazer imprimir obras por eles encomendadas, como atesta o *Catalogo dos folhetos impressos á custa de Paulo Martin filho, que se achão na sua Loja na Rua da Quitanda N.º 34*.<sup>62</sup> O *Catálogo* revela o senso de oportunidade dos Martin, que fizeram imprimir um conjunto de títulos acerca dos conflitos entre franceses e portugueses – tema que, indubitavelmente, chamava a atenção naquele momento. O interesse pelo assunto pode ser percebido pelo fato de a obra *Exposição dos factos e maquinações com que se preparou a usurpação da Coroa de Hespanha por Pedro Cevalbos*, enviada, em 1808, para repartição

<sup>59</sup> IAN/TT – RMC – caixa 154

<sup>60</sup> Sobre a Impressão Régia do Rio de Janeiro ver, neste livro, “Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros”, de Márcia Abreu, e “Impressão Régia: seu significado e suas realizações”, de José Mindlin.

<sup>61</sup> Anúncio publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*, 10 de setembro de 1808, adverte “Que a Gazeta do Rio de Janeiro deve sahir todos os sábados pela manhã: Que se vende nesta Corte em Caza de Paulo Martin, Filho, Mercador de Livros no fim da rua da Quitanda a preço de 80 rs.: Que as Pessoas, que quizerem ser Assignantes, deverão dar os seus nomes, e mordadas, na sobredita Caza, pagando logos os seis primeiros mezes a 1:900 rs.; e se lhes será remetidas as folhas a suas cazas no Sábado pela manhã”. Além da *Gazeta do Rio de Janeiro* a loja aceitava subscrições para o *Correio Braziliense*, impresso em Londres, desde 1808, por Hipólito da Costa, conforme se vê, por exemplo, em anúncio publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro* de 18 de abril de 1810. Segundo Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, aceitavam-se, também, subscrições para jornais baianos, como a *Idade d’Ouro*, o *Semanário Cívico* e o *Diário Constitucional*, conforme anúncios do *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de janeiro de 1822. Ver: NEVES. 2002.

<sup>62</sup> Impresso no final de *O Plutarco Revolucionario, na parte que contem as Vidas de Madama Buonaparte e outros desta familia*. Traduzido do inglês. Reimpresso no Rio de Janeiro na Impressão Régia, 1810. Com licença de S.A.R. O Catálogo está transcrito em SILVA, 1981: 147-148.

gratuita no Paço, ganhar nova edição apenas dois anos depois, “á custa de Paulo Martin filho”.<sup>63</sup>

Aqueles que permaneceram em Lisboa tampouco saíram da mira dos Martin que, em 1812, pediram autorização para divulgar em Portugal o “Catalogo das Obras impressas no Rio de Janeiro e que se achão de venda em Lisboa, na loja de Paulo Martin e Filhos”, em que colocavam à venda, obras saídas dos recentes prelos cariocas, virando, em sentido oposto, o fluxo dos livros que, durante séculos, saíram da Europa rumo à América.<sup>64</sup>

Mantendo-se atentos aos interesses dos leitores dos dois lados do Atlântico, a agitação política ocorrida por ocasião do movimento constitucional de 1821 não podia ficar distante de suas lojas. Em 1821 e 1822 fizeram publicar dois anúncios das obras à venda no Rio de Janeiro – *Notícia de algumas obras modernas e constitucionais chegadas modernamente à loja de Paulo Martin, rua da Quitanda nº 33*. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, [1821] e *Catálogo de algumas obras que se vendem na loja de Paulo Martin, rua da Quitanda nº 33, vindas neste último navio de Lisboa*. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, [1822] – em que se destacavam panfletos políticos referentes ao sistema constitucional, estampas relativas à Regeneração Portuguesa, retratos de deputados e diálogos jocosos acerca do despotismo.<sup>65</sup>

Os acontecimentos, como se sabe, forçaram a volta de D. João VI e parte da corte para Lisboa, repetindo, em sentido contrário, a grande viagem realizada anos antes rumo à América. Como daquela vez, mas com menor intensidade, houve grande confusão quando da decisão sobre a partida da realeza.<sup>66</sup> Ao menos dessa vez, fazia bom tempo, permitindo

<sup>63</sup> A obra foi anunciada como tendo sido impressa em 2 volumes, a serem vendidos por 1.600 réis, o que contradiz a idéia corrente de que os Martin tivessem impresso apenas folhetos e pequenas brochuras.

<sup>64</sup> “Catalogo das Obras impressas no Rio de Janeiro e que se achão de venda em Lisboa, na loja de Paulo Martin e Filhos, nº. 6 defronte do Chafariz do Loreto”. O manuscrito obteve autorização de impressão em 17 de outubro de 1812 e autorização para circular em 27 de outubro de 1812. RMC – IAN/TT – Caixa 72. O Catálogo está transcrito em ABREU, 2005: 199-222. Grifos meus. Sobre a ação dos Martin como editores no Rio de Janeiro, ver, neste livro, “Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros”, de Márcia Abreu.

<sup>65</sup> Segundo Lúcia M. B. P. Neves, o catálogo de 1822 continha 89 títulos, dos quais 70% estavam ligados a temas políticos. NEVES, 2002: 4.

<sup>66</sup> O embarque se deu em 25 de abril de 1821. Junto com a corte partiram oficiais, ministros, diplomatas e seus acompanhantes, além dos deputados do Rio de Janeiro às cortes. Schwarcz, 2002: 354. “A 25 de abril deixou el-Rei d. João o Rio de Janeiro a caminho de Lisboa. Ia profundamente sucumbido, varado de sobressaltos e tristezas, em meio à farandolagem alvoroçada dos padres, dos frades, dos ministros, dos camareiros e outros dourados parasitas da Coroa.” EDMUNDO, 1956: 123. Alexandre José de Mello Moraes diz que a partida ocorreu em 26 de abril: “Quando o Rei foi para Lisboa na manhã do dia 26 de abril de 1821, mandou preparar uma Nau para levar os cadáveres da

que o porto se enchesse de gente que queria ver, talvez pela última vez, a Família Real.<sup>67</sup> Eles deixavam atrás de si alguma inquietação quanto ao destino do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Também deixavam atrás de si uma cidade profundamente diferente da que encontraram ao chegar, em 1808. A partir de então, não apenas a quantidade de livrarias e o comércio de livros entre os dois lados do Atlântico haviam crescido, como se tornara possível imprimir no Brasil. Invertendo o que ocorrera 13 anos antes, quando os livros partiam da Europa em direção ao Brasil, alguns dos que acompanhavam D. João VI em seu regresso a Lisboa, podem ter levado consigo livros adquiridos em uma das várias livrarias instaladas no Rio de Janeiro e, quem sabe, até mesmo um livro impresso no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. “Impressão Régia do Rio de Janeiro: novas perspectivas”. In: *Convergência Lusitana*, n.º. 21. Real Gabinete Português de Leitura. Centro de Estudos Pólo de Pesquisa sobre Relações Luso-brasileiras, 2005, pp. 199-222.

\_\_\_\_\_. “Livros ao mar – circulação de obras de Belas Letras entre Lisboa e Brasil ao tempo da transferência da corte para o Rio de Janeiro”. *Tempo*. Niterói, Editora da UFF, 2008.

\_\_\_\_\_. *Os Caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2003.

ALGRANTI. Leila Mezan. “Censura e comércio de livros no período de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808 – 1821). *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Instituto de História Econômica e Social, 1999.

\_\_\_\_\_. *Livros de devoção, atos de censura. Ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

---

Mãe e da Tia” [p. 113] MORAES, Alexandre José de Mello. Manuscrito FBN II, 30, 23, 6 n. 7

<sup>67</sup> Ao menos é o que mostra a obra de Jean Baptiste Debret, “A volta de D. João para Lisboa”. DEBRET, 1975.

ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Ilhéus: Editus, Editora da UESC, 1999.

CAEIRO, Francisco da Gama. *Livros e livreiros franceses em Lisboa nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX*, Separata do boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra, vol. 35, 1980.

CASTRO, Renato Berbert de. *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações. Tipografia de Manuel António da Silva Serva 1811 - 1819*. Salvador, Secretaria da Educação e Cultura, 1968.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. "A livraria do Teixeira e a circulação de livros na cidade do Rio de Janeiro, em 1794." *Acervo – revista do Arquivo Nacional*. Volume 8, número 01/02, jan-dez de 1995. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

CURTO, Diogo Ramada. "Littératures de large circulation au Portugal (XVI<sup>e</sup> – XVIII<sup>e</sup> siècles). In:

CHARTIER, Roger & LÜSEBRINK, Hans-Jürgen. (orgs) *Colportage et lecture populaire: imprimés de large circulation en Europe*. Paris: IMEC Éditions, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1996.

CURTO, Diogo Ramada; DOMINGOS, Manuela D.; FIGUEIREDO, Dulce & GONÇALVES Paula. *As gentes do livro - Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Martins, 1975.

D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte, ed. Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1976.

EWBANK, Thomas. *A Vida no Brasil ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Tradução Homero de Castro Jobim. Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1973. Vol. 1.

GUEDES, Fernando. *O livro e a leitura em Portugal. Subsídios para sua história (século XVIII - XIX)*. Lisboa: Verbo, 1987.

\_\_\_\_\_. *Os livreiros franceses em Portugal no século XVIII: tentativa de compreensão de um fenómeno migratório e mais alguma história*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1998.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1985.

IPANEMA, Marcello e Cybelle de. “Subsídios para a história das livrarias”. *Revista do livro* 10 (32): 22-32, 1967.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma Viagem ao Brasil que terminou com o apresamento de um navio britânico e prisão do autor e da tripulação do navio pelos portugueses acompanhada de diversas apreciações de caráter geral sôbre o país, seus produtos naturais, seus habitantes e uma descrição da cidade e das províncias de S. Salvador e Pôrto Seguro acrescidas de uma tábua correta das latitudes e longitudes dos portos da costa do Brasil, uma tabela de câmbio etc.* Tradução Thomaz Newlands Neto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Tradução Milton da Silva Rodrigues. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.

MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1929.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1979.

MORAES, Alexandre José de Mello. Manuscrito, s/d. FBN II, 30, 23, 6 n. 7.

\_\_\_\_\_. *O bibliófilo aprendiz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, 2ª edição.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Comércio de livros e censura de ideias: a actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)”, *Ler História*, n.23. Lisboa: 1992.

\_\_\_\_\_. “Trajetórias de livreiros no Rio de Janeiro: uma revisão historiográfica. João Roberto Bourgeois e Paulo Martin: livreiros franceses no Rio de Janeiro, no início do oitocentos”. X Encontro Regional de História – ANPUH-Rio de Janeiro. História e Biografias - Universidade

do Estado do Rio de Janeiro – 2002, p. 4. Disponível em [www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2002/Mesas/Neves%20Lucia%20M%20B%20P.doc](http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2002/Mesas/Neves%20Lucia%20M%20B%20P.doc) – 10 de setembro de 2007.

\_\_\_\_\_. “Um silêncio perverso: censura, repressão e o esboço de uma primeira esfera pública de poder (1820-1823). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / Fapesp, 2002 (a).

\_\_\_\_\_. “Comércio de livros e censura de ideias: a actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)”, *Ler História*, n.23. Lisboa: 1992, pp. 61-78

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & FERREIRA, Tânia Maria Bessone da Cruz. “Livreiros no Rio de Janeiro: intermediários culturais entre Brasil e Portugal ao longo do oitocentos” In: Atas do 3º Colóquio do Polo de Pesquisas de Relações Luso-Brasileiras - Entre Iluminados e Românticos. 2006. [http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3\\_coloquio\\_outubro/paginas/16.htm#\\_ednref7](http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/paginas/16.htm#_ednref7). Consultado em abril de 2007.

\_\_\_\_\_. “O medo dos ‘abomináveis princípios franceses’: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil”, *Acervo, Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: 4 (1): 113-119, jan-jun 1989.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

PERROT, Jean-Claude. “Nouveautés : l’économie politique et ses livres”. MARTIN, & CHARTIER, Roger (org), *Histoire de l’édition française*. Le livre triomphant 1660–1830. Tome II. Paris: Fayard / Cercle de la Librairie. 1990, pp. 322.

PIWNIK, Marie-Hélène. “Libraires français et espagnols à Lisbonne au XVIII<sup>e</sup> siècle”. In: *Livres et Libraires en Espagne et au Portugal (XVI<sup>e</sup>. -XX<sup>e</sup> siècles)*. Paris: Ed. C.N.R.S., 1989.

SCHWARCZ, Lilia. *A longa viagem da Biblioteca dos Reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)”, *Revista de História*, n. 94. São Paulo: 1973.

\_\_\_\_\_. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808 – 1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

\_\_\_\_\_. *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brazil*. 2ed. revista e ampliada. Salvador: EDUFBA, 2005

\_\_\_\_\_. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1978.

\_\_\_\_\_. *Cultura no Brasil colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Graal, 1977.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. *Tinta sobre papel*. Recife: EdUFPe, 2 vols, 2006

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1999.